

## **SOLIDÃO, DIVISÃO SUBJETIVA E CANSAÇO: trajetórias de mulheres pobres no ensino superior**

Estela Martini Willeman<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho é fruto do amadurecimento de pesquisas e reflexões oriundas de experiência docente em cursos de nível superior majoritariamente femininos situados em territórios periféricos urbanos do estado do Rio de Janeiro, em especial, na Baixada Fluminense. Optou-se pelo método do materialismo histórico para investigar quais as principais tensões enfrentadas por mulheres em suas trajetórias acadêmicas e para compreender como determinações sociais, políticas e econômicas influenciaram em suas escolhas e em sua permanência nestes cursos, tomando como base três eixos de discussão intimamente relacionados: territorialidade, educação superior e gênero. Trata-se de uma pesquisa empírica de caráter qualitativo e quantitativo cujos dados foram obtidos através de questionários e entrevistas semiestruturadas com estudantes mulheres de uma Instituição de Educação Superior em Duque de Caxias de três diferentes cursos e, com o recurso da triangulação, procurou-se cotejar os dados com a análise documental e bibliográfica. Os resultados da investigação apontam para a constatação que as estudantes, diante das condições objetivas e subjetivas na consecução de seus cursos de educação superior em Duque de Caxias, são submetidas a um franco processo de longa duração de alienação que redunde no enfrentamento contínuo de vivências

---

<sup>1</sup> Trabalhando principalmente nos temas de gênero, educação, identidade e território, pesquisa e projetos, é doutora em Educação pela PUC-Rio (2013), especialista em psicanálise pela Universidade de Vassouras (2023), especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da Uerj (2011), mestre em Serviço Social pela PUC- Rio (2007) e graduada na mesma área pela UFRJ (2003). Desde 2005 tem ocupado cargos de docência no ensino superior e na pós graduação, coordenação de cursos, pesquisas e projetos bem como cargos de gestão de equipes em instituições públicas e privadas. É consultora nas áreas de relações de gênero e educação, projetos e pesquisa e tem desenvolvido diversas atividades nestas áreas, prestando assessoria técnica especializada. Já lecionou em cursos de graduação, especialização e mestrado da PUC-Rio, UNISUAM, UNIABEU, UNIESP, UNIVERSO e outras nos cursos de Serviço Social, Pedagogia e Direito, principalmente nas disciplinas de metodologia científica. Foi Professora Convidada na Pós Graduação de História da África na PUC-Rio e do Instituto de Direito da PUC-Rio. Atuou como assessora técnica especializada no Ministério da Cultura na iniciativa Cultura Viva, e no INEP - Ministério da Educação na comissão assessora de área do Serviço Social do ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes da educação superior nas gestões de 2011 a 2014 e 2014 a 2017. Atualmente tem se dividido entre a atuação como perita em Serviço Social para o Tribunal de Justiça em casos das Varas de Família em todo o país e prestando assessoria técnica e científica em trabalhos desta natureza e como psicanalista. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9179-3362> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3496243990342796>. Contato: [estela.willeman@gmail.com](mailto:estela.willeman@gmail.com)

complexas e não óbvias de grandes desafios de ordem política, subjetiva e material com o predomínio de diversas expressões de violência material e simbólica construída ao longo da história da região em consonância com processos maiores de nível nacional.

**Palavras-chave:** Mulher; Periferias urbanas; Educação Superior; Patriarcado; Gênero

## **LONELINESS, SUBJECTIVE DIVISION AND TIREDNESS: trajectories of poor women in higher education**

### **Abstract**

This paper is the fruit of the maturation of research and reflections arising from teaching experience in higher education courses, mostly female, located in urban peripheral territories of the state of Rio de Janeiro, in particular, in the Baixada Fluminense. The method of historical materialism was chosen to investigate the main tensions faced by women in their academic careers and to understand how social, political and economic determinations influenced their choices and their permanence in these courses, based on three axes of discussion intimately related: territoriality, higher education and gender. This is an empirical qualitative and quantitative research whose data were obtained through questionnaires and semi-structured interviews with female students from a Higher Education Institution in Duque de Caxias from three different courses and, with the use of triangulation, an attempt was made to collating the data with documental and bibliographical analysis. The results of the investigation point to the observation that the students, in the face of the objective and subjective conditions in the achievement of their higher education courses in Duque de Caxias, are subjected to a frank long-term process of alienation that results in the continuous confrontation of complex experiences and non-obvious challenges of a political, subjective and material nature with the predominance of various expressions of material and symbolic violence built throughout the history of the region in line with larger processes at the national level.

**Keywords:** Woman; Urban outskirts; Higher Education; Patriarchy; Gender

## SOLEDAD, DIVISIÓN SUBJETIVA Y CANSANCIO: trayectorias de mujeres pobres en la educación superior

### Resumen

Este trabajo es fruto de la maduración de investigaciones y reflexiones surgidas de la experiencia docente en cursos de enseñanza superior, mayoritariamente femeninos, ubicados en territorios periféricos urbanos del estado de Río de Janeiro, en particular, en la Baixada Fluminense. Se eligió el método del materialismo histórico para investigar las principales tensiones que enfrentan las mujeres en sus carreras académicas y comprender cómo las determinaciones sociales, políticas y económicas influyeron en sus elecciones y su permanencia en estos cursos, a partir de tres ejes de discusión íntimamente relacionados: territorialidad, educación superior y género. Se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa empírica cuyos datos se obtuvieron a través de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas a alumnas de una Institución de Educación Superior de Duque de Caxias de tres carreras diferentes y, mediante el uso de la triangulación, se intentó cotejar la datos con análisis documental y bibliográfico. Los resultados de la investigación apuntan a la observación de que los estudiantes, frente a las condiciones objetivas y subjetivas en el logro de sus cursos de educación superior en Duque de Caxias, son sometidos a un franco proceso de alienación de largo plazo que resulta en la confrontación continua de experiencias complejas y desafíos no evidentes de carácter político, subjetivo y material con predominio de diversas expresiones de violencia material y simbólica construidas a lo largo de la historia de la región en consonancia con procesos mayores a nivel nacional.

**Palabras clave:** Mujer; Periferia urbana; Educación Superior; Patriarcado; Género

### INTRODUÇÃO

“... a mulher casada, a mãe que é operária, dá o sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre elas: dispor das horas necessárias para o trabalho - o mesmo que faz o seu marido - em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar-se, depois, o melhor possível, aos afazeres domésticos, e, por último, cuidar de seus filhos. O capitalismo carregou sobre os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga. A converteu em operária sem aliviá-la dos seus cuidados de dona de casa e mãe. Portanto, acontece que a mulher se esgota como consequência dessa tripla e insuportável jornada que, com frequência, expressa com gritos de dor faz brotar lágrimas dos seus olhos.” (KOLLONTAI, 1920).

— Professora, eu vim trancar a minha matrícula.  
— Sim, vamos conversar. O que está acontecendo?  
— Ah, é que eu estou com dificuldades financeiras para arcar com as mensalidades.

— Não seja por isso. Temos o plano A, o plano B, o plano C, a alternativa Y para que você consiga ter uma bolsa, um desconto, um parcelamento, um financiamento a longo prazo, etc...

— Bom, professora, na verdade, a questão é que eu não estou conseguindo acompanhar as disciplinas, foi muito tempo fora da sala de aula e eu estou com dificuldades.

— Isso também pode ser resolvido: temos monitoria, nivelamento, acompanhamento psicopedagógico, orientação educacional, grupos de pesquisa com reforço, estudos coletivos. Encontraremos um jeito de você conseguir acompanhar as disciplinas.

— Olha, professora, na verdade, o problema é outro:

— É que o meu marido está ficando com ciúmes de eu sair toda noite.  
(aluna A).

— É que o cara que paga o meu aluguel acha que eu estou ficando esnobe.  
(aluna B).

— É que os meus filhos de 16 e 18 anos estão sentindo a minha falta.  
(aluna C).

— ... (aluna D); ... (aluna E); .... (aluna F); ... (aluna Z).

As histórias eram quase sempre mais ou menos assim.

Após um pouco de conversa, surgia o fato que levava essas mulheres a abandonar o que consideravam seu sonho: concluir um curso de nível superior. Tratava-se, em sua maioria, de mulheres trabalhadoras, mães, já maduras, as primeiras de seus núcleos familiares a ingressar no ensino superior.

O que esses relatos têm em comum?

Em todos eles, mulheres que decidiram estudar relatam episódios em que se depararam com obstáculos para alcançar seus objetivos, em sua maioria devido a situações difíceis criadas por homens com quem conviviam: maridos, companheiros, pais, amigos, filhos, líderes religiosos, etc.

A partir da vivência de mais de 19 anos, ora como coordenadora, ora como docente de cursos de graduação e pós-graduação majoritariamente femininos em periferias urbanas do estado do Rio de Janeiro, tem sido possível observar cotidianamente os impasses vividos por centenas de mulheres. A compreensão mais profunda sobre os aspectos estruturais e singulares que determinam suas trajetórias é o combustível que alimentou a presente pesquisa, que se desenvolveu ao longo dessa paisagem social e geográfica e que se desdobrou em uma tese de doutorado (2010-2013), em uma pesquisa de pós-doutorado (2024- em andamento), mas que não se limita a estas pesquisas, sendo resultado de uma observação permanente desde o ano 2000. Os dados quantitativos coligidos para a tese que deu origem a este texto, como dados do Senso do Ensino Superior e Mapa da Violência contra a mulher no Brasil, oportunamente foram atualizados. Para a pesquisa de doutorado, optamos por entrevistar 12 estudantes mulheres de ensino superior de uma universidade pública em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em três cursos: pedagogia, geografia e matemática.

## **ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

A opção teórico-metodológica que orientou o estudo foi o materialismo histórico e a pesquisa da tese teve natureza quali-quantitativa. As técnicas e procedimentos de pesquisa contaram com: 1) entrevistas semiestruturadas com mulheres oriundas de diversos municípios das periferias urbanas do Rio de Janeiro e matriculadas em cursos de graduação em uma universidade em Duque de Caxias, de uma periferia urbana na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro; 2) análise crítica de documentos públicos como o Senso da Educação Superior (INEP) e a Síntese de Indicadores Sociais (PNAD); 3) revisão

bibliográfica da produção teórica crítica sobre os eixos de discussão principais: território/periferias urbanas/ethos; consciência/identidade; educação superior; relações sociais/relações de gênero e sexo/mulheres e violência urbana/violência contra a mulher, além de; 4) reflexões e observações feitas ao longo da trajetória docente da autora.

A partir da observação crítica dos fatos cotidianos, foi possível perceber diversos fatores estruturantes das relações sociais que impactavam as condições concretas das estudantes mulheres para permanecerem ou evadirem dos cursos de graduação que frequentavam, com ênfase para o tripé de classe, raça e gênero determinando objetivamente suas trajetórias nesses territórios. O fato de residirem, estudarem e desenvolverem a maior parte de suas relações sociais em territórios periféricos urbanos é determinante tanto para a forma concreta como vivem (o acesso a bens, direitos, políticas), como para as relações sociais que desenvolvem e a identidade que assumem e reproduzem.

Há aqui uma concepção que considera uma relação de mútua determinação entre sujeito e território (AUTOR, 2007), ou seja, entre as determinações materiais de um território e as relações sociais que nele se dão. Certo é que há momentos de estrutura e momentos de sujeito, sendo essas determinações materiais passíveis de alteração a partir de processos de tomada de consciência individual e coletiva e a correspondente ação. Como afirma Iasi (2011, p. 24-25), “O ser humano é modelo do ser humano. Nossa concepção de mundo e de nós mesmos, a formamos a partir do outro. [...] Assim, o indivíduo vai construindo uma visão de mundo que julga como sendo própria.”. A mediação entre as condições objetivas de vida social e o conhecimento teórico faz-se urgente, já que a teoria tem uma instância de verificação da sua verdade: a prática social e histórica, e as conexões entre as diferentes formas de desenvolvimento de natureza ontológica. Essa orientação metodológica parte da premissa de que:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade



dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. (MARX, 1982, p. 25).

A ação das mulheres e dos homens é inestimável para a alteração dos processos sociais, entretanto, ela se dá de acordo com condições determinadas historicamente e a partir de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas que são síntese de diversas determinações, como a política, o nível de desenvolvimento da sociedade civil, a cultura, etc. Daí que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas porque, adquirindo diferentes forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, assim, alteram a maneira de ganhar a sua vida, e, conseqüentemente, transformam todas as suas relações sociais.

## **TERRITÓRIOS QUE MANDAM E TERRITÓRIOS QUE OBEDECEM**

Os territórios periféricos urbanos do Rio de Janeiro foram povoados majoritariamente por negros e nordestinos (primeiro, pessoas escravizadas na diáspora africana; depois, imigrantes expulsos do Nordeste pela fome que buscavam melhores condições de vida no eixo Sul-Sudeste) (ALVES, 2003), e por sucessivos episódios históricos marcados pela chaga do avanço da gramática capitalista e racista, que sempre redundou em gentrificação, espoliação urbana e ações de higiene social das áreas centrais e ricas das cidades, promovidas pelos braços de um Estado burguês através de políticas públicas de habitação burguesas (MARICATO, 2003).

A ocupação territorial brasileira é determinada pelo peso do escravismo (IANNI, 1989), pela convicção das elites econômicas, respaldadas pelo poder público, de que habitação não é um direito humano e sim um nicho de livre

exploração com apropriação dos lucros por parte da iniciativa privada e manutenção das condições de exploração das classes que vivem do trabalho por parte do poder público, através de legislações, repressão ou omissão de seu papel regulador, cujo resultado é a manutenção da desigualdade de classes no país (FERNANDES, 1987; IANNI, 1989).

Essa estrutura burguesa “criou os mecanismos de dependência dos sem terra que perduram até hoje.” (MOURA, 1994, p. 77). Na observação crítica da dinâmica de ocupação e regulação dos territórios, fica nítido que neles a democracia, a política social, a justiça e a esfera pública são fortemente marcadas pelas relações de autoritarismo, violência, corrupção e patrimonialismo.

Na lógica entre centro e periferia existe uma dinâmica proposital orquestrada por setores das elites dominantes e da burocracia pública que ordena os territórios entre territórios que mandam e territórios que obedecem, territórios que produzem e territórios que consomem, deixando para trás concepções como a de “cidade partida” ou de “exclusão social”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 259-265).

Não há nada de acaso no desigual empenho de recursos públicos nos diferentes territórios e nenhum dos grupos de classe pode ser considerado excluído verdadeiramente desta lógica, pois, sem a escassez e a negligência do poder público na gestão de políticas sociais em determinados territórios, contingentes populacionais jamais se veriam obrigados a migrar de seus lugares de origem para buscar acesso a políticas públicas e melhores condições de vida em outros locais.

A escassez de um território é necessária para que outros territórios tenham condições objetivas de exploração da força de trabalho de populações inteiras. A lógica centro-periferia determina tanto a relação entre os estados brasileiros quanto orienta as dinâmicas entre as diferentes regiões no interior de cada estado. (SANTOS; SILVEIRA, 2001).



## **GÊNERO**

No que se refere aos condicionantes de gênero e das relações sociais de sexo, percebe-se, tanto através da leitura quantitativa dos indicadores sociais e demográficos de pesquisas sobre as condições das mulheres quanto de toda a produção teórica, filosófica, literária e ainda da observação qualitativa das filigranas do cotidiano das mulheres, que a sociedade brasileira é estruturada a partir de assimetrias e hierarquizações nas relações sociais, o que redundando em relações desiguais pautadas nas diferenças de classe, sexo e gênero e raça, cabendo às mulheres, às pessoas que ocupam posicionalidade de gênero feminina, trabalhadoras e não brancas, menor prestígio e acesso de participação, direitos e poder na sociedade.

### **A condição da mulher brasileira em números**

Vários são os elementos que influenciam na qualidade de vida de homens e mulheres na sociedade e que estão ligados ao acesso às e à participação nas políticas sociais públicas. Na PNAD de 2010, um dos tópicos em destaque revelava que as mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos - o que indica uma mudança estrutural no comportamento social das mulheres, contudo, o mesmo estudo revelava que a mudança não era generalizada, já que o grupo com escolaridade elevada se constituía como minoria entre as mulheres brasileiras.

### **Fecundidade**

Percebeu-se, no entanto, que esta mudança estrutural se ampliou qualitativa e quantitativamente, sobretudo entre as mulheres mais pobres. Se em 2001, a taxa geral era de 3,92 filhos por mulher, em 2015 ela chegou a 2,90. Já entre mulheres pretas, grupo historicamente mais vulnerável social e economicamente, a taxa de fecundidade caiu de 2,75 em 2001 para 1,88 em 2015, e entre as auto-identificadas com pardas, a média de filhos caiu de 2,65 para 1,96. (UNFPA, 2018). O relatório evidencia que estas taxas são resultado

do acesso destas mulheres à rede pública de saúde e a métodos contraceptivos para planejamento familiar.

### **Trabalho e renda**

Se o índice de reprodução humana tendia a indicar uma mudança no comportamento das mulheres, outro índice não permitia dizer que tal mudança foi incorporada por todos os setores da sociedade em 2010 já que, conforme pesquisas anteriores já demonstraram, (HIRATA; KERGOAT, 2007), embora seu nível de escolaridade tenha aumentado, o rendimento médio delas continuava inferior ao dos homens: “[...] as mulheres ocupadas ganham em média 70,7% do que recebem os homens), situação que se agrava quando ambos têm 12 anos ou mais de estudo (nesse caso, o rendimento delas é 58% do deles).” (IBGE, 2010b, n.p.). Atualmente, estas diferenças permanecem, embora em percentual menor: hoje o valor médio da hora trabalhada pela mulher no Brasil representa 79,5% do valor recebido pelo homem. (IBGE, 2018).

Causa inquietação a ênfase que o relatório de 2018 coloca sobre a quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres em comparação aos homens, fazendo crer que em todas as naturezas de trabalho, de qualquer nível intelectual, as mulheres trabalham menos horas, sendo diferença semanal na média nacional de 4,8 horas (IBGE, 2018).

A estranheza em relação a tal ênfase aumenta quando naturaliza o dado sobre a responsabilização da mulher pelos trabalhos domésticos da esfera do cuidado e da reprodução social. Embora trabalhem fora, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos, cuidado com filhos, idosos e doentes do grupo familiar. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Se Hirata e Kergoat debatem sobre tal cenário do ponto de vista da Divisão Sexual do Trabalho, Bhattacharya (2013) aponta para as desigualdades inerentes à Teoria da Reprodução Social no patriarcado, compreendendo a capacidade reprodutiva como um elemento fundamental para desvendar as razões do modo de produção e reprodução capitalista para se aliar estrategicamente ao controle dos corpos e da sexualidade das mulheres.

Também pôde-se perceber que o trabalho doméstico não remunerado, desempenhado quase que exclusivamente pelas mulheres no Brasil representa um esforço que equivale a 11% do PIB. Mais do que qualquer indústria e mais do que o dobro que todo o setor agropecuário produz. (IBGE, 2018).

Segundo a Oxfam, mulheres e meninas dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado - uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global. Isso equivale a mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo. Além disso, as mulheres e meninas são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado realizado no mundo, e representam dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas. (OXFAM, 2020).

Essas cifras indicam a expulsão das mulheres do ramo formal de trabalho já que, na conjuntura atual, constituem-se como o maior contingente de cuidadores domésticos em todos os níveis, precisando de mais tempo para desempenho dessas funções. Sendo assim, já que o trabalho fora de casa demanda um aumento da dedicação em horas, a execução do trabalho doméstico fica impossibilitada, o que obriga a mulher, na maioria dos casos, a ter que escolher desempenhar apenas um dos trabalhos, o doméstico ou o trabalho fora de casa.

### **Violência contra a mulher**

Do SIS 2010, um fator que contribui para uma visão negativa quanto à melhora da condição feminina em geral é o percentual de mulheres vítimas de violência. De acordo com essa síntese, 41 mil mulheres relataram ter sido vítimas de violência, dado registrado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) em 2009, através de sua Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). (IBGE, 2010b, n. p.).

Os números revelam, por um lado, um panorama concreto de violência contra a mulher, contudo, demonstra aumento real das denúncias, fruto de campanhas dos movimentos feministas, sobretudo do feminismo negro, que

procura dar feição pública a um problema historicamente tratado como privado no Brasil.

O Mapa da Violência de 2015 (WASELFSZ, 2015), que aponta um aumento de 54% em dez anos no número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, no entanto, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Não se sabe precisar se houve um aumento real de violência contra mulheres negras ou se elas passaram a denunciar mais os casos.

No Censo divulgado em 2019, o informativo do SIS/IBGE, curiosamente, relata que:

A produção dos indicadores sobre violência contra a mulher tal como recomendado pelo CMIG esbarra, entre outras dificuldades, na subnotificação de casos de violência sexual sofrida por mulheres e na ausência de pesquisas específicas sobre violência doméstica. A PNS 2019 buscou reduzir essa lacuna, mas os dados da Pesquisa ainda não estão disponíveis por ocasião da elaboração deste informativo. [...] O Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, é fonte de dados sobre homicídios, mas não comporta os aspectos envolvidos na tipificação do feminicídio. (IBGE, 2020: 10).

A sensação de retrocesso e tentativa de falseamento da realidade através da extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da ocultação de dados sobre a condição das mulheres no Brasil é uma marca nítida do panorama dos relatórios e das políticas públicas no Brasil desde o ano de 2018.

## Educação

A partir da análise de dados desagregados do Censo da Educação Superior no Brasil (BRASIL, 2010), verificamos que as mulheres são maioria absoluta tanto no ingresso quanto na conclusão de cursos de ensino superior em todo o país em instituições públicas e também privadas, havendo maior concentração das mulheres em universidades privadas (62%) do que nas públicas (53%).

Dentre os cursos das IES privadas, os que apresentaram maior número de matrículas foram: administração de empresas, enfermagem, direito, pedagogia

e serviço social. Não ocupam expressiva quantidade de matrículas os cursos considerados das ciências “duras”, ou “exatas”, cuja imensa maioria de 1.770 (76,6 %) era ocupada por homens. Esses cursos ainda são carregados de forte componente de gênero e suas atividades profissionais têm as maiores taxas de prestígio social e econômico no país.

Outro fato que evidencia as mudanças salariais das diferentes profissões ao longo da história, bem como sua ocupação por gênero, é retratado nas carreiras de medicina e direito, ambas ocupadas, hoje, de maneira igualitária por homens e mulheres. Não se sabe ao certo a ordem dos fatores, porém, hoje, é notório que médica(o)s e advogada(o)s já não ocupam o topo da pirâmide salarial.

Conforme Cunha e Vasconcelos (2012, p. 111), embora apontem as diferenças educacionais (isoladamente) como fator primordial, uma fonte de diferenciais de salários é a presença de discriminação. Eles salientam que “[...] a discriminação se caracteriza por gerar diferenciais significativos e persistentes de salários.” (CUNHA; VASCONCELOS, 2012, p. 107).

Há uma alteração no perfil dos estudantes de ensino superior a partir de um investimento federal significativo neste setor na primeira década dos anos 2000. De modo concomitante a esse movimento, observa-se um avanço em termos de abertura para a participação de movimentos sociais, incluindo-se aí, expressivamente, os movimentos feminista, negro e lgbttqi+, que tiveram diversas conquistas políticas de direitos formais específicos ligados ao acesso à educação.

A partir do ano de 2016, contudo, tal direção se inverte e percebe-se nitidamente um influxo dos investimentos públicos em políticas de educação, ciência e tecnologia, políticas para as mulheres, população negra e LGBTQI+, que se expressam através do corte de bolsas, perda de direitos conquistados e do próprio orçamento das universidades públicas, inviabilizando suas atividades de pesquisa, extensão e mesmo ensino.

## TRAJETÓRIAS DE MULHERES DA PERIFERIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Pensando mais especificamente no *ethos* das periferias urbanas do Rio de Janeiro, percebe-se a permeabilidade deste ao movimento globalizado de formação e acesso a direitos, sobretudo os direitos sociais das mulheres não apenas formalmente, mas em termos de qualidade e concretude em suas vidas cotidianas.

Embora os dados quantitativos indiquem maior acesso das mulheres à educação superior, cabe ainda ponderar como é a sua trajetória durante os cursos e qual o sentido que elas dão a esse processo, além do mais, de que tipo de educação se está falando. Cabe questionar se, para além do ingresso, as trajetórias educacionais de homens e mulheres são marcadas pelas mesmas dificuldades. Se mulheres tiverem as mesmas condições econômicas, sociais, culturais, étnico-raciais viverão as mesmas experiências que os homens ao ingressar em cursos de educação superior?

Fato é que a análise dos dados permitiu identificar que, apesar de em maior número nas IES tanto na entrada quanto na saída, as mulheres ainda estão concentradas em cursos com menor qualidade e prestígio social e que ainda detêm os menores salários. Falta muito para que a formação superior signifique avanço em termos de ascensão social e econômica delas, cenário fortemente determinado pelas desigualdades provenientes do machismo e da misoginia - aspectos ainda marcantes das relações sociais de gênero e sexo na sociedade brasileira.

### O sentido da experiência

O sentido que a experiência da educação superior tem para essas mulheres é um lugar de alcance de respeito, legitimidade, autonomia, que se traduz na fala de todas pelo significante do “sonho”. A realidade social do *ethos* das periferias urbanas do Rio de Janeiro, das relações de poder aí existentes, de seus condicionantes culturais, éticos, históricos, econômicos, políticos é permeada de autoritarismo, violência, patrimonialismo e silenciamento. O peso



e o valor do pacto civilizatório ainda é relativo nestes territórios e a cidadania representa um objetivo que exige uma ariscada e permanente luta para os grupos sociais historicamente oprimidos.

### **Caracterização das entrevistadas**

No que se refere especificamente à pesquisa realizada para a tese de doutorado, trata-se de 12 mulheres moradoras de periferias urbanas no Rio de Janeiro, matriculadas regularmente em cursos de educação superior considerados tipicamente femininos com idade variando entre 20 e 57 anos, e cores/raças diversas com predominância não branca. Desta faixa etária, percebeu-se uma diferença determinante da idade para suas posições diante do significado objetivo e subjetivo da educação, das relações sociais e de si mesmas, nos levando a considerar uma tendência de percepção compartilhada entre as nove mais jovens (entre 21 e 31 anos de idade) que não era compartilhada pelas três mais maduras (acima de 31 anos de idade) .

No momento em que foi efetuada a pesquisa, estavam cursando aproximadamente a metade do curso, já tendo tido a experiência de estágio obrigatório. Sua renda pessoal aproximada era de 0,75% do salário mínimo vigente no Brasil, sendo a maioria (nove) composta entre bolsas de pesquisa e/ou monitoria e/ou de apoio (via política de cotas) e/ou bolsas de estágio.

### **Trajetórias e gênero: conjugalidades, família e sexualidade**

Recuperando a discussão sobre gênero e relações sociais de sexo, em que se compreende que o gênero se dá na relação e a partir das posicionalidades de poder vividas por cada polo da relação, percebe-se nos relatos das entrevistadas que há diversas formas de os homens e as mulheres lidarem com seus papéis de gênero e com os papéis de gênero desempenhados pelo outro.

Essas formas se manifestam através da fala ou mesmo da ausência dela, a ausência de diálogo – que também é uma forma de demonstrar uma posição a respeito de algum aspecto do cotidiano vivido. Muitos dos embates travados entre homens e mulheres acontecem não só através do diálogo (pacífico ou

violento), mas também de sua ausência, da negação da palavra ao outro e de atitudes simbólicas com alto poder de persuasão.

### **Autoridade Outorgada: sobre circularidade do poder nas relações de gênero**

No caso de Joana (57 anos, curso de pedagogia), conseguir ingressar na Educação Superior foi o coroamento de uma verdadeira luta no sentido do convencimento do marido, o que precisou de anos para se concretizar — na terceira vez em que ela passou no vestibular.

Olha eu voltei pra escola pra fazer o ensino fundamental, reclamei, reclamei, enchi mesmo a paciência dele, aí ele deixou eu ir, mas só o fundamental. Terminei o fundamental, aí ele (disse): “não inventa mais nada!” Esperei um ano pra perturbar ele de novo. Quando passou um ano, comecei a perturbar pra fazer o ensino médio, inclusive uma vizinha minha, quando foi aberta a primeira escola de ensino médio no meu bairro, normal né... pra adultos no bairro de Sarapuí. E a diretora eu conhecia, era uma conhecida minha, ela disse que ia dirigir a escola. Eles estavam suspendendo as placas ainda, quando ela disse pra mim que seria um colégio de ensino médio, o CEIP. Aí eu comecei a perturbar meu marido de novo, aí ele (disse): “não, não”. Aí, uma vizinha minha queria que a filha voltasse a estudar e como eu ficava falando: “menina, volta pra escola! pra que ficar fora da escola, se fosse eu, já estaria lá há muito tempo!” Aí ela foi lá pedir ao meu marido, se eu podia voltar pra escola junto com a filha dela. [...]

...aí, ele se sensibilizou, era uma senhora de idade, falando por mim né, aí ele concordou. Aí, lá fui eu de novo, voltei a estudar fazendo o ensino médio à noite. Primeiro, tinha que cuidar da casa, dos filhos, pra depois ir pra escola e voltei. Do mesmo jeito, a faculdade eu tive esse mesmo trabalho: insisti, insisti, insisti, até que um dia eu falei pra ele que eu achei que ele tava duvidando que eu tivesse capacidade de passar no vestibular. Eu sentia uma certa ironia na voz dele e eu perguntei: “você tá achando que eu não tenho capacidade de passar no vestibular?” Aí ele falou: “não, mas você acha que consegue? Isso não é pra você não, não é pra gente!” Aí eu falei: “se eu passar, você deixa eu entrar?” aí ele falou: “se você passar...” — depois de eu insistir, claro. Aí eu passei, e o que aconteceu, não fiz, porque minha irmã faleceu e eu estava com minha irmã de acompanhante no hospital e, quando eu vi, minha vaga já não existia mais, perdi o prazo. Aí eu fiquei quietinha né, não ia fazer propaganda, aí eu tentei de novo, aí passei e ele não deixou eu vir. Daí em diante, só fiquei insistindo: “não, você prometeu que se eu passasse você ia deixar eu ir”. Aí eu fiquei batendo na mesma tecla e fiz de novo escondido, fiz o vestibular de novo e insistindo, insistindo e falei: “você falou que se eu passasse, você não ia impedir de eu ir”. Acho que ele se encheu de tanto eu falar no ouvido dele. (Joana, 57 anos, negra, Pedagogia).

No relato de Joana, percebe-se claramente que o casal vive sob assimetrias de gênero, uma vez que a mulher crê precisar da autorização do marido para exercer seu direito de estudar (“ele deixou”, “ele não deixou”). Em momento algum a entrevistada enfrentou o marido em busca de seu desejo, sua estratégia para alcançar seu objetivo foi a “insistência”. Ao longo da entrevista, Joana, aos poucos, foi forjando seu espaço, sua autonomia, porém, de forma limitada e negociada, a partir de um polo com menos poder de decisão na relação.

É relevante compreender que as relações não são monolíticas e que mesmo o poder não é exercido unicamente em uma direção e por apenas um sujeito, mesmo nas relações mais opressoras. Além disso, cabe refletir sobre em que medida esse poder exercido pelo outro polo da relação não é outorgado pelo próprio sujeito quando “pede” que ele lhe autorize a estudar.

Sabe-se que há diversas determinações para a subalternização feminina, que variam desde a dependência econômica, emocional, psíquica, social, questões culturais, dentre outras mais complexas. A discussão de gênero permite compreender que, em alguns casos, quem outorga o poder ao outro é o próprio polo dominado, seja por uma socialização que naturaliza as desigualdades de gênero, por omissão, por desconhecimento ou por ocupar uma posicionalidade de gênero ou socioeconômica vulnerável na relação conjugal e no grupo social em que vive.

### **A solidão da mulher em busca de autonomia**

Na história de Regiane (43 anos), o projeto de ingressar num curso de graduação foi adiado durante 23 anos por conta de sua primeira gravidez. Com os filhos “criados”, assim como Joana, que também só começou a estudar depois de criar os filhos, retomou o projeto. Seu cotidiano da formação acadêmica gerou conflitos no relacionamento, que culminaram no seu fim, por opção do marido. Segundo a entrevistada, foi difícil para o marido aceitar a nova condição da esposa que assumia outras responsabilidades, inerentes a seu novo projeto pessoal: estudar.

Ele (ex- marido) começou a perceber que eu estava mudando e ele não concordou. Não é que ele não concordou, ele... eu acredito que pra ele foi difícil aceitar. E aí nossa relação modificou, e aí ele se aproveitou disso tudo pra estar dificultando, justamente e ainda mais a questão financeira, e aí, foi quando o casamento desmoronou porque eu tive que fazer uma opção na vida.

[...]

... eu comecei a mudar. Primeiro, eu tinha que estar mudando meus hábitos em função de estar dando conta do meu estudo. Então, finais de semana, normalmente, eu poderia, sair, tomar uma cerveja, simplesmente passar a tarde na cama vendo um filme.. eu já não podia mais fazer esses tipos de coisa, nem sempre. Tinha vezes que sim, tinha vezes que não. Quando eu comecei a mudar e não dar mais aquela atenção em função dos meus estudos, quando eu comecei a colocar pra ele, as coisas que passo, descobrindo e querendo trazer ele pra esse mundo, ele se negou. E aí, ele começou a ter aquela... uma implicância: “ah, agora tudo é o estudo!” Aí, teve uma passagem, que eu mandei um trabalho pra USP, em função dessa minha pesquisa, e aí foi aprovado e falei com ele: “ó, vou ter que ir pra São Paulo, apresentar esse trabalho”... e ele: “e eu estou perdendo minha mulher!” Ele fez esse comentário. Em vez de ele vibrar, ele falou: “Ah, estou perdendo minha mulher!” Eu falei: “que isso, rapaz? eu estou aqui...” eu posso ir pra qualquer lugar. Eu cheguei através da faculdade, a ir a Maceió, fui a Porto Alegre e fui também a Goiânia. Eu falei: “eu posso ir pra qualquer lugar, mas meu porto seguro é aqui. Não tem essa de estar perdendo sua mulher.” E aí, infelizmente, ele passou a sair, ter uma frequência de saídas, né. Aquela coisa de final de semana sair, não ter hora pra voltar e aquilo desgastou ainda mais nossa relação, ao ponto de que chegou um momento que eu falei: “olha, as coisas do jeito que estão, não tá bom!” Ele falou: “você fica com seus estudos e eu fico com minha vida!”. Então está bom. (Regiane, 43 anos, curso de geografia).

A situação enfrentada por Regiane, aparentemente diferente da de Joana, retrata um marido que não concordava com sua opção de estudar e achava que existia um lugar predeterminado para a mulher na família, contudo, por alguma razão, não verbalizava a discordância a partir de sua suposta posição de “autoridade” como homem, mas sim através de sua autoridade sobre si mesmo.

Não dizia algo diretamente para impedi-la de estudar, mas, através de sua conduta consigo mesmo, criava em Rejane uma situação de divisão subjetiva de modo a pressioná-la a fazer uma escolha entre duas aspirações que, por determinação do homem, se tornaram inconciliáveis: seu projeto mulher-acadêmica ou seu projeto mulher-esposa.

Uma hipótese considerada relevante que também pode ser trabalhada em relação a essa recusa mais ou menos explícita dos companheiros ao investimento dessas mulheres em sua educação formal/carreira acadêmica ou profissional seria a da tentativa de negar à mulher chegar a um lugar de autonomia. Tradicionalmente detentores de maior renda e prestígio tanto na sociedade quanto na família, os homens teriam seu lugar de confortável dominação ameaçado a partir do potencial dessa nova realidade das mulheres ingressando na educação superior e ampliando suas condições de ascensão econômica, intelectual e autonomia.

### **O mito do amor romântico como marca da ambiguidade na subjetividade feminina**

O relato de Raquel (31 anos, curso de matemática) traz sutilmente uma análise da própria entrevistada a respeito deste temor masculino quanto à possível posição de superioridade feminina em algum aspecto (econômico, intelectual, profissional ou outros), que, de alguma forma, vem disfarçado ou é interpretado pela entrevistada como afeto ou expressão de companheirismo:

[...] quando eu entrei (na universidade), eu não namorava ele ainda. Aí eu comecei a namorar ele, tem 1 ano e 7 meses, mais ou menos. E quando ele começou a namorar comigo, ele já sabia que eu estudava... e agora, depois desse tempo – ele não gosta de estudar –, mas aí eu fico orientando ele pra ele entrar na escola pra terminar o 2º grau, aí... só que ele parou por causa do trabalho dele, aí agora ele está querendo voltar a estudar, está querendo fazer alguma coisa, e eu também fico falando... e ele está me vendo, aí pensa: “...ela vai crescer, vai ter um emprego e eu vou ficar onde?” [...] Ele pensa assim, aí ele fica: “ah, acho que eu vou fazer curso de num sei o quê...” aí fala alguma coisa assim pra poder... ele quer ficar perto de mim, entendeu? (Raquel, 31 anos, curso de matemática).

Embora estes aspectos aparentemente tenham sido minorados com o inegável avanço das conquistas das mulheres a partir do uso dos métodos anticoncepcionais dentre outros, percebem-se algumas permanências que permitem chamar a atual conjuntura feminina de uma renovação conservadora. Se, por um lado, já é admissível que as mulheres estudem, por outro, além da composição da renda familiar (ou a exclusividade no sustento da família), a elas

ainda cabem exclusiva ou prioritariamente tarefas tradicionais como o cuidado do lar, dos filhos e de si mesmas, além de cobranças de outras naturezas, como estética, cultural, de sociabilidade, dentre outras.

### **O dilema da intelectual pobre: ou isto, ou aquilo**

A maioria absoluta das entrevistadas começou relacionamentos afetivos após a entrada na Educação Superior. Algumas deixam claro para seus parceiros que, entre o relacionamento afetivo e a futura carreira, possível através da graduação, elas optariam pela graduação e pela carreira em primeiro lugar, conforme relata Geórgia (20 anos, curso de matemática), “[...] eu botei desde o começo, que o mais importante pra mim, era estudar e relacionamento fica pra segundo plano.”. E ainda,

Quando a gente quer alguma coisa, às vezes, a gente tem que abrir mão de outras né. Porque a gente que é jovem, por exemplo, aí quer sair, e tem namorado... E o que acontece, quando a gente tá querendo estudar realmente, chega um momento que você tem que falar assim: “Eu não posso sair. Não dá pra eu namorar hoje.” Tem que largar, tem que abrir mão de algumas coisas. Eu, por exemplo, estou há um maior tempão sem sair. (Raquel, 31 anos, curso de matemática).

Parece bastante ousado aos olhos que miram o passado ver uma mulher sendo clara para um homem ao dizer que, entre um relacionamento e a sua carreira, prefere a segunda opção, contudo a questão intrigante que se coloca é: se a sociedade estivesse num papel tão mais evoluído em termos de igualdade de gênero, as mulheres precisariam optar entre uma coisa e outra?

Tal elemento só permite entender que à mulher ainda se impõe uma conjuntura de constante divisão subjetiva feminina oriunda das assimetrias de gênero: estudar ou casar? Trabalhar ou ter filhos? Ser mãe ou mulher?

Àquelas que ousam não escolher, àquelas que ousam querer muitas opções, ainda é cobrado um preço altíssimo que as expõe a extenuantes cargas horárias de trabalho dentro e fora do lar; cobranças morais quanto ao cuidado dos filhos e dos idosos ou doentes do núcleo familiar; cobranças estéticas



quanto à sua feminilidade e padrão de beleza/humor/disponibilidade para o sexo, dentre outros aspectos.

### **Os papéis de gênero: e quando a biologia não é o destino?**

As razões para a formação histórica da família guardam pouca ou nenhuma semelhança com as representações que se tem deste grupamento humano na sociedade contemporânea. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado, Engels (2010) percorre desde os tempos mais primitivos até a sociedade burguesa os caminhos que diferentes culturas encontraram para chegar a definir este grupo que hoje tem diversas características e funções sociais definidas.

Dentre as entrevistadas, percebe-se a incidência explícita do padrão burguês patriarcal de família em que cada membro tem seus papéis bem definidos, conforme mostra o relato de Odete (28 anos, curso de Pedagogia):

[...] minha mãe sempre fala que ela começou a trabalhar pro meu irmão poder estudar né, porque ela acreditava que meu irmão, como homem, tinha que estudar, ter um bom emprego pra poder sustentar a família dele, e eu, como mulher, tinha que me casar e meu marido... tipo, comigo, ela não se preocupava que eu estudasse porque, no meu caso, eu sou mulher, eu posso me casar, meu marido me sustentar e tudo mais. Meu irmão, como homem, tem a responsabilidade de ter uma família e sustentar a família dele. Então, quando ela começou a trabalhar, foi pra que meu irmão fizesse curso, meu irmão estudar, não entrar na faculdade, porque ela não tinha essa visão. Mas ter estudos, pra poder ter um bom emprego e ter uma casa pra poder sustentar a mulher dele, a família dele. Só que lá na minha casa, eu fui a única que fui estudando, estudando e entrei pra universidade.

### **A construção social negativa da maternidade e a solidão de ser mulher**

Nesta pesquisa, os dados acerca dos “filhos” se tornaram bastante relevantes durante o processo de tratamento e reconstrução das informações colhidas. Percebemos especificação em dois perfis diferentes de estudantes diretamente condicionados à faixa etária delas. Dentre as estudantes de maior idade, todas tinham filhos adultos e apenas começaram a estudar após estes estarem “criados e encaminhados” para o mercado de trabalho.

[...] eu sempre quis fazer faculdade, desde garota mesmo. Mas eu sou de uma época, digamos assim, em que os pais, geralmente,

encaminhavam as filhas, as filhas mulheres eram pra casar. Filha mulher tem que aprender a cozinhar, lavar, passar e casar, pra cuidar do marido. E eu sempre tentei estudar. Então, casei aos 17 anos, tive meus filhos, aí não podia estudar porque tinha os filhos pequenos, a partir do momento que meu filho caçula estava com a idade de 10 anos, mais ou menos, ela já estava grandinho, tinha os outros pra ajudar a cuidar, tem o marido, então já dá pra eu voltar a estudar. Foi quando eu voltei, terminei o ensino fundamental, fiz o ensino médio, e depois resolvi tentar a faculdade. (Joana, 57 anos, curso de pedagogia).

[...] tem pessoas que ainda enxergam a mulher como dona de casa, mesmo ela trabalhando, estudando, ela sempre cuida de filho, ela sempre cuida da casa, e assim é sacrificante. Eu acho que a mulher deveria ser encarada não como uma pessoa que tem que lavar, que passar, porque hoje em dia, ela tem uma profissão, tem uma carreira, ela tem que se voltar pra ela também, claro, não se esquecendo dos filhos, porque tem filhos, e tem que cuidar, esposo também, mas pode muito bem dividir as tarefas né? Hoje em dia ainda não tem isso. Você vê que tem homens que até divide, mas é exceção. Tem uns colegas que falam: que isso! Isso é trabalho de mulher! Então ela (a mulher) carrega muito isso ainda, é dona de casa, é esposa, é profissional, é a mãe, então é muito difícil. (Ana, 27 anos, curso de pedagogia).

Dentre as nove estudantes mais jovens, praticamente todas têm filhos pequenos frutos de gravidezes indesejadas em relacionamentos não formais e engravidaram antes ou durante a graduação. Se por um lado percebemos dentre essas que todas são mães solteiras, já que os companheiros não atuam em conjunto com elas na responsabilidade pela criação dos filhos; por outro, percebemos uma sutil mudança em relação à gravidez dessas mulheres por parte de suas famílias: a gravidez não implicou na interrupção do curso de graduação, apesar de as cobranças morais permanecerem fortes. O relato de Ana é emblemático nesse sentido: “Minha mãe, teve sete filhos, imagina? De todos eles, nenhum deu dor de cabeça, só eu que fiquei grávida cedo né, mas o restante foi tudo direitinho, seguiram o caminho correto.” (Ana, 27 anos, curso de pedagogia). Neste sentido, a gravidez considerada fora de hora consiste em uma situação negativa no interior da família.

Mesmo não tendo com quem dividir a responsabilidade (quanto ao uso do tempo) da criação e cuidado dos filhos com nenhum outro membro da família (ou seja, restringe-se o cuidado dos filhos única e exclusivamente à figura da mãe), essas mulheres não foram impedidas de estudar e também podem contar

com alguma ajuda financeira para o sustento da prole, porém se encontram numa situação de solidão quanto às responsabilidades para com os afazeres domésticos. Conforme evidencia a fala abaixo:

Aí, o que acontece, com eles dois, fica mais difícil de eu estudar pra faculdade, então eu venho pra faculdade e fico estudando aqui, nos horários livres. Eu tenho o apoio da minha mãe, mas eu também tenho que fazer minhas outras coisas, tipo de casa, e com as crianças eu acho que eles querem me apoiar, mas eu não sinto isso. Às vezes eu fico até meio chateada com eles, porque eles querem cobrar no fim do período, CR, esses negócios. Mas não colaboram e isso me chateia. (Miriam 21 anos, curso de pedagogia).

Claro deve ficar que entrevistamos apenas estudantes regularmente matriculadas, portanto, o que esse grupo pode nos indicar é o fato de que nessas famílias as mulheres não tiveram seu direito de estudar interditado pela gravidez. Então, se a ajuda é apenas financeira, tanto por parte da família quanto por parte do Estado (via política de educação voltada para a universidade), para os casos daquelas que conseguiram se enquadrar nas condicionalidades e não em termos de cuidado, por outro lado, já significa um elemento que contribui para que elas permaneçam estudando.

É importante perceber que a condicionalidade para obtenção de apoio financeiro não se dá apenas na esfera público-estatal, em que a estudante precisa se enquadrar dentro de certo perfil socioeconômico (no caso das cotistas), cumprir tarefas acadêmicas e manter sua produtividade acadêmica. Na esfera doméstica, há também condicionalidades para o recebimento do apoio familiar, o que remete novamente para a questão da dominação de gênero.

No relato das entrevistadas abundaram comentários sobre colegas de curso que tiveram que interromper o curso por conta do mesmo fato: a gravidez indesejada e as responsabilidades inerentes ao fato de não tê-la interrompido: o abandono do curso de graduação, o ingresso no mercado de trabalho (mesmo informal), o tempo integral dedicado ao cuidado do filho.

Na tentativa de compreender a teia complexa das relações entre gênero, classe, raça e educação e os vetores que incidem nas trajetórias das

interlocutoras desta pesquisa e na formação de suas concepções de mundo e seu modo de estar nele, além de ficar nítida a percepção de que elas ainda são vistas e empurradas para o papel de cuidadoras exclusivas dos filhos, também nota-se que emerge nessa configuração um significado importante para a educação para as mesmas: a educação significaria quase uma redenção, uma alternativa de fuga da condição de pobreza e de invisibilidade social.

Narrando suas trajetórias de vida e na educação, estas mulheres apontam a educação formal como um agente de libertação (transcendência) tanto no sentido de autorreconhecimento (de autovalorização subjetiva como sujeito capaz de realizações), quanto de reconhecimento social como um todo (enquanto sujeito que faz parte de um grupo de pessoas - uma comunidade no sentido mais amplo do conceito).

Além disso, conseguir ingressar e finalizar a graduação, no caso das três estudantes mais maduras, parece significar para elas vencer o desafio construído socialmente como algo inacessível para a população mais pobre, constituindo-se mais como um objetivo em si mesmo do que meio para alcançar seus objetivos de concretização intelectual, política, artística ou profissional. Tal percepção é corroborada, por exemplo, pelo fato de muitas delas não pensarem em investir na profissão na qual se formaram a partir da educação superior. Neste sentido a educação superior guarda um significado simbólico mais próximo a um sonho do que uma função utilitária, mesmo que essa noção não desapareça por completo de seu universo simbólico.

Ainda na interrelação entre as representações simbólicas e as consequências mais concretas, o significado da educação superior para essas mulheres parece, em si mesmo, ter relação com um processo sutil de emancipação quanto à representação de si mesmas enquanto sujeitos capazes, autônomos, com condições de gerir suas próprias vidas a partir de suas ideias. Nesse aspecto, o fator do desenvolvimento de autoconfiança nas estudantes pareceu deveras relevante a despeito de outros elementos que podem ser julgados como insuficientes quando se tem em vista um modelo de educação humanista para o pensamento autônomo.

Por outro lado, na fala das nove entrevistadas mais jovens, o significado da educação superior parece ser outro: ter uma profissão e trabalhar em uma função pública, qualquer que seja ela. Conforme relatado na caracterização inicial do perfil das entrevistadas, sete não conseguiram ingressar no curso que escolheram como primeira opção. Dessas, todas escolheram o curso em que estavam pelas condições mais facilitadas de ingresso a partir da relação candidato/vaga conjugada ao local do campus ser de melhor e mais fácil acesso.

A opção por cursar o ensino superior nos casos das estudantes mais jovens foi quase uma imposição familiar e social com o objetivo de ascensão econômica. “...o que a levou a entrar no ensino superior foi) então, querer ter uma vida melhor, querer ter um emprego.” (Raquel, 31 anos).; “Porque isso me dava uma condição melhor de encarar o mercado aí fora, ter um pouco mais renda também” (Eduarda, 31 anos).; “[...] um futuro melhor né, porque não dá pra fazer mais nada sem o superior.” (Geórgia, 20 anos); “[o que me levou a entrar no ensino superior foi] então, querer ter uma vida melhor, querer ter um emprego. Até porque na minha família, não tem ninguém que tem ensino superior ainda.” (Raquel, 31 anos).

Um fato significativo no campo do simbólico e do político, com implicações práticas na vida concreta das mulheres entrevistadas emerge de suas falas sobre a sua condição de gênero. Nenhuma delas, quando perguntadas sobre “o que seria desejável para que sua permanência na educação superior fosse melhor aproveitada” se referiu a qualquer problema imediatamente ligado à sua condição de gênero. Na fala delas, o que mais emergiu foram fatores que sequer questionam o modelo de educação superior adotado no país, limitando-se a questões estruturais relativas à educação básica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficam aqui questionamentos sobre quais seriam as determinações para a ausência de uma visão crítica quanto a sua própria condição de mulher, já que muitas delas vivenciam a condição de mães solteiras, de pobreza e de sobrecarga de tarefas superior à masculina pelo fato de serem mulheres

inseridas na divisão sexual do trabalho ou mesmo na sociedade patriarcal como um todo. Talvez esse fato traga alguma relação com o fato de elas conhecerem apenas superficialmente alguns de seus direitos (apenas uma mencionou a licença maternidade como um direito das mulheres e, embora praticamente todas tenham mencionado a Lei Maria da Penha, nenhuma delas demonstrou conhecer sua função) ou/e também por não terem participação política.

Entre o ano de realização desta pesquisa e o momento presente, graças à ampliação do acesso à internet e às redes sociais, muitas iniciativas dos movimentos sociais tiveram um incremento relevante no que se refere ao debate quanto aos papéis de gênero e às estruturas de opressão.

Tais ações culminaram em incrementos ainda considerados tímidos em termos de políticas sociais públicas para mulheres na educação superior, contudo, não desprezíveis. Algumas universidades públicas passaram a ofertar creches para os filhos de mulheres estudantes e profissionais da educação superior; o direito à amamentação, ao planejamento familiar e ao aborto têm sido amplamente debatidos e, recentemente, a Plataforma Lattes, do CNPq, abriu um campo em que pode ser inserida a informação quanto à licença maternidade das estudantes mulheres. Ao mesmo tempo, percebe-se grande avanço conservador nas tentativas de aprovar o Estatuto do nascituro, a chamada bolsa estupro e a nova lei de alienação parental, todos compreendidos nitidamente como dispositivos legais cerceadores das liberdades das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, APPH/ CLIO, 2003.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a Teoria da Reprodução Social?. In: *Socialist Worker*. Tradução: Máira Mee Silva. Revisão técnica: Mariana Luppi. Publicado em: 10 de setembro de 2013 <http://socialistworker.org/2013/09/10/what-issocial-reproduction-theory>. Acesso em 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. *Censo da Educação Superior 2010*. Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2011.



CUNHA, Marina Silva da; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil. In: *Economia Aplicada*. Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 105-135, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecoa/v16n1/a05v16n1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2011.

IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M.A. (org). *História ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Unesp/ Brasiliense, 1989.

IASI, Mauro Luís. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2010.

IBGE. SIS 2010: *Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=1717&t=sis-2010-mulheres-mais-escolarizadas-sao-maes-tarde-tem-menos-filhos&view=noticia#:~:text=Ainda%20sobre%20mulheres%2C%20a%20SIS,%C3%A9%2058%25%20do%20deles>. Acesso em: 25 nov. 2010.

IBGE. *Indicadores sociais municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio>. Acesso em: 25 ago. 2012.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho*. Brasília, 2018.

KOLLONTAI, Alexandra. O Comunismo e a Família. Tradução: Carlos Henrique. In: *The Marxists Internet Archive*, 1920. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ma000016.pdf>. Acesso em 09 abr. 2021.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. In: *Estudos Avançados*. São Paulo v.17 n.48, p. 151-167, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Ed. Anita, 1994.

OXFAM. *Tempo de cuidar*: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Tradução: Master Language Traduções e Interpretações Ltda., Brasília - Brasil. Reino Unido/ Brasília, 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UNFPA. *Fecundidade e dinâmica da população brasileira*. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil. Brasília, 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015*: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2015. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

WILLEMAN, Estela M. *Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior*: o caso de Duque de Caxias- RJ. 248 fls. Tese de Doutorado. Departamento de Educação e Ciências Humanas. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

Recebido em:09/06/2023

Aprovado em:11/03/2024

Publicado em:05/04/2024